

DIA INTERNACIONAL CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A VISÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA PÚBLICA: UM DIÁLOGO COM A ODS 18

Joyce Almeida Batista ¹
Fausto Ricardo Silva ²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir acerca de uma experiência vivenciada numa escola pública municipal de tempo integral no município de Açailândia-MA, que buscou tanto conscientizar quanto conhecer os saberes prévios das crianças de 1º a 6º ano do ensino fundamental acerca do Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. A referida vivência, ocorrida na escola campo de realização do PIBID/UEMASUL, aconteceu no dia 21 de março de 2025, perpassando tanto um momento de exploração da temática quanto uma roda de diálogo em que as crianças puderam expressar suas visões e opiniões acerca da data e da equidade racial, pretendendo-se contribuir com o processo formativo discente tanto na dimensão escolar quanto social e dialogar com a temática da ODS 18 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - 18). Diante disso, para embasar a presente discussão, trazemos como autoras e autores Gomes (2010, 2017, 2023), Carine (2023) e Arroyo (2009), dentre outras e outros, que nos levam a compreender que uma educação verdadeiramente libertadora passa pela concretização de uma educação antirracista, que traga para os espaços educacionais a valorização, respeito e reconhecimento das histórias, culturas e saberes africanos e afro-brasileiros. Como resultado, a análise de como alunas e alunos relataram e reagiram às partilhas de ações que discriminam e menosprezam pessoas negras nos mostrou que elas conhecem a temática, mas ao mesmo tempo ainda precisam de intervenções docentes para que desnaturalizem opiniões e ao mesmo tempo compreendam suas experiências sociais. Nesse sentido, a presente produção dialoga com uma teia de ações planejadas junto ao PIBID/UEMASUL e que estão sendo realizadas na escola campo de modo a atender o que nos é colocada pela ODS 18, potencializando assim nossa construção indenitária docente.

Palavras-chave: Educação; Escola Pública; Equidade Racial; Educação Antirracista; ODS 18.

INTRODUÇÃO

A ação desenvolvida no âmbito do curso de Licenciatura em pedagogia, no desenvolvimento das ações vinculadas ao PIBID/UEMASUL, teve como foco promover a integração entre teoria e prática. Este relato apresenta as etapas do processo e suas contribuições para a formação dos participantes, sendo uma ação que visava a promoção da conscientização e familiaridade das crianças sobre a temática.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, joyce.batista@uemasul.edu.br

² Mestre em Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, fausto.sousa@uemasul.edu.br





A vivência junto às crianças permitiu uma reflexão contínua sobre a discriminação racial e suas experiências sentidas ou assistidas no meio social em que participam. Durante as atividades, que incluíram música, indagações, reflexão, explicação e apreciação audiovisual, as crianças dialogaram e expuseram suas opiniões sobre cada experiência. Essas experiências reforçaram o pensamento crítico e contribuíram para o desenvolvimento pessoal de cada criança em relação a suas ações e às ações de colegas ou familiares.

O desenvolvimento da ação se objetiva em dialogar com a temática “O que é discriminação racial e qual a importância desse dia?”, abordando questões e explicações com a finalidade de tecer uma linha de conscientização racial desde a educação básica e promover uma introdução ao projeto em desenvolvimento acerca da igualdade racial por meio da etnomatemática. Com isso, a escolha de desenvolver a ação centra-se na educação pública brasileira, em especial a educação açailandense, justificando-se pela relevância social e educacional que necessita de suporte para a abordagem racial, de modo que fortaleça a educação antirracista, como garantido pela lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que manifesta o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena como obrigatório nas escolas públicas e privadas.

Para a realização da proposta, foi adotada a metodologia de caráter quantitativo e qualitativo, para um estudo de caso que observou de forma direta o pensar infantil acerca da temática, em uma busca de interação lúdica, pedagógica e consciente, a ponto de possibilitar a construção conjunta e individual, mediada por acadêmicas que escutaram e refletiram junto às crianças os apontamentos feitos.

Consequentemente, o presente relatório leva em consideração as opiniões e considerações das crianças acerca dos casos presenciados e das ações que podem ser desenvolvidas em suas vidas como alunos e cidadãos conscientes, que desnaturalizam diálogos e ações de discriminação no meio social.

METODOLOGIA

O relato de experiência em questão foi realizado por meio de uma ação qualitativa e quantitativa, levando em consideração Machado (2023), que apresenta a pesquisa qualitativa como uma resposta a pesquisa quantitativa, sendo que a abordagem quantitativa “se apropria





dos fatos, da essência, da constância dos acontecimentos” (Machado, 2023, p. 9) e a abordagem qualitativa “permite um desenvolvimento melhor dos pontos importantes e necessários para a compreensão do assunto abordado” (Machado, 2023, p. 13), facilitando o desenvolvimento do estudo de campo que segundo Amaral (2024) “demonstra ser mais proficiente por enfatizar a participação efetiva do pesquisador”, sendo que a experiência de observar e participar permite o desenvolvimento de bons resultados para o desenvolvimento das crianças em questão.

Dessa maneira, foi realizada uma mesa redonda no dia 20 de março de 2025 com os alunos do 1º ao 6º e a equipe pedagógica de uma escola pública no município de Açaílandia-MA. Para o desenvolvimento da ação foi utilizados recursos digitais (slide e vídeo) para instigar e investigar os saberes de cada um acerca da temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a temática e ação proposta exige-se uma análise das principais concepções e fundamentos que a embasa como necessária em âmbito social. Com isso, apresenta-se contribuições teóricas que permitem compreender de forma mais ampla a discriminação racial e como é possível dialogar com a ODS 18 no ambiente escolar, com base em autores que discutem aspectos essenciais para a promoção de uma educação antirracista e compreensão de termos vistos, mas não refletidos.

No espaço educacional, principalmente o público, se tenta trabalhar temáticas raciais, mas essas temáticas são realmente levadas a fundo ou apenas apresentadas por uma obrigatoriedade das diretrizes e leis?

A lei nº 11.645, de 10 março de 2008, estabelece a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena, integrando um conteúdo programático ministrado em todo o currículo escolar, tendo consigo a valorização da cultura e história da formação brasileira. Contudo, a educação escolar publica no geral trabalha as questões raciais apenas em datas comemorativas e em geral não disponibilizando debates acerca de cada temática.

Pensando nas questões educacionais, abordo a discriminação racial assim com descrita por Gomes (2005), onde aponta que

[...] discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. a discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito.





enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam (GOMES, 2005, p. 55).

Essas praticas podem ser causadas de forma direta e indireta, assim como relatada pelas crianças, onde em seu convívio muitas vezes não visualizam praticas como atos discriminatórios, naturalizando-o, mas a partir do diálogo, exemplificação e reflexão passam a ter consciência de seus atos, focalizando que o educador deve ter uma posição de modelo que promove a sociabilidade e conhecimento acerca de seus atos, como a ação relata propõe, reforçando esse ato, Carine (2023) apresenta que:

[...]hoje, de fato, não há dúvida de que a escola, enquanto complexo que compõe uma sociedade, que é um complexo de complexos, precisa assumir o compromisso emancipatório de educar os sujeitos tendo como plano teleológico uma sociedade justa e equânime (CARINE, 2023, p. 17).

Mostrando o espaço escolar como local propício de emancipação, sendo necessária intervenções que formem cidadãos conscientes e sem preconceitos, visto que a escola cumpre seu papel de levar conhecimento transversais para a educação que visa a representatividade brasileira, como previsto e respaldado pela LDB de 1996, em seu art. 26ª, § 2º, expressando a necessidade de implementar no currículo temáticas afro-brasileiras.

Embasando a lei, Gomes (2020), ao retomar suas falas sobre o movimento negro, cita a capacidade de transformação que o indivíduo passa a ter por adquirir conhecimento que o leva a perceber e interpretar as organizações (políticas, sociais e pedagógicas), no caso em específico, introduz as crianças a procurarem conhecimentos acerca de sua realidade e mudanças de atos pessoais e sociais, sendo protagonistas de uma mudança social que promoverá equidade futuramente.

A fim de que as crianças e adolescentes tenham uma educação racial, Arroyo (2009) apresenta a necessidade de uma reconfiguração da escola que se desvincule da segregação e negação dos direitos de reconhecimento cultural e histórico que compõe a sociedade brasileira. Em virtude disso, Gomes (2024), expõe o impacto que o reconhecimento da história e identidade negra se torna importante, ao citar que:

A afirmação do orgulho de ser negro e negra, ao assumir a identidade negra em toda a sua complexidade – expressando-a por meio da estética, da linguagem, da arte, da música, do teatro, da dança, da produção teórica engajada e da narrativa política – extrapolou os fóruns da militância negra (GOMES, 2024, p. 23).

Cooperando assim, com a construção das relações sociais para que se obtenha uma geração que se sinta representada e respeitada.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da mesa redonda vão além da simples descrição das observações realizadas no cotidiano das crianças, essas observações relatadas representam um espaço de reflexão sobre a prática discriminatória e a necessidade de intervenção ao reconhecer a prática, levando em consideração seus impactos na vida dos envolvidos. As observações e registros realizados ao longo do percurso evidenciam avanços significativos e suscitaram novas perspectivas sobre a atuação pedagógica para promover uma educação antirracista. Durante os relatos serão usados nomes fictícios para as crianças.

Ao decorrer da ação, as crianças questionam-se a importância do dia e ao mesmo tempo refletem as ações cotidianas dentro da escola, no bairro e na família, trazendo pontos ideais que respondem seus questionamentos. Como forma de mediar o debate, questiono o se sabem o que quer dizer “exclusão social” e se conseguem me dar um exemplo prático, com isso algumas crianças citam que “é quando a gente não quer brincar com alguém por conta da cor ou como se veste”, abrindo espaço para lembrarem do que já fizeram ou fazem, surgindo uns comentários específicos ocorridos na escola e em suas brincadeiras no bairro em que moram.

Refletindo sobre como a exclusão social acontece no dia a dia, as crianças apresentaram compreensão de que esse ato afasta as crianças e acaba prejudicando-as em vários âmbitos, relatando até casos que os colegas já sofreram e pararam de ir à escola ou brincar com outros colegas. Como possibilidade de mudar essa realidade, as crianças propuseram que deveriam ajudar os colegas sem ver a cor de pele ou características físicas, mas sim a dificuldade que a própria tem. Ao questionarem se brincavam com todos, pensaram e uma resposta chamou a atenção, João expôs: “tia, a gente brinca mais com os nossos amigos, mas se tem uma criança nova chamo para brincar também, acho que isso ajuda”, com isso percebo que em partes as crianças são inclusas de forma natural.

Seguindo, continuo questionando-os sobre o que acham que são atos de violência causados pela cor/raça/etnia, oferecendo a eles uma breve explicação do significado de etnia, que para muitos era um termo novo. O questionamento ampliou o debate e Miguel relata a notícia que viu no jornal com o pai, onde a própria trazia um caso de incriminação a um jovem negro que foi agredido na rua por um policial branco, o comentário de Miguel fez



ligação com o questionamento seguinte que falaria de tratamentos injustos, ligando as duas questões pergunto se é possível mudar isso, como resposta obtenho: “tia é só as pessoas conversarem”, “é só tratar todo mundo igual”, “a gente tem que começar a aceitar as pessoas como são”.

Quando citam a necessidade de se aceitar as pessoas como são, questiono-os o que eles sabem sobre os comentários preconceituosos, após relatos de fora da escola, Ana do 2º ano pede para falar com a voz baixa, relatando que já sofreu comentários preconceituosos por conta do cabelo “ser enrolado” e que isso a deixou muito triste e com vergonha de ter o cabelo que tinha. A questão levantada fez as crianças refletirem sobre o que causavam as pessoas ao discriminarem, apresentando que poderiam desanima-las ou fazer com que não se aceitem como são.

Com as observações feitas a cada resposta, consolidamos o momento reflexivo com a curta-metragem “Meu nome é Maalum” – criada e produzida por Eduardo Lurnel e Marcelo Baptista, roteirizada por Magna Domingues, com direção de Luísa Copetti, disponibilizada no youtube –, que apresenta a história de uma menina negra de descendência africana, que vai para a escola e em seu primeiro dia de aula os colegas da turma sorriem e assemelham seu nome, deixando-a triste e sem vontade de ir para a escola, representando os sentimentos de inferioridade até que seus pais lhe contam a história de seu nome fazendo-a reconhecer, aceitar e lutar pelo que é e pelo que representa. Como finalização desse momento, as crianças refletem sobre como deixam os colegas ao criticar suas características e Ana após assistir a curta menciona que seu cabelo é como o de Maalum e que a personagem é bonita, nos trazendo a reflexão que geralmente não se é apresentado personagens e autores que representem todos.

Concluo que a vivência proporcionou reflexões a todos os envolvidos (professores, diretores, alunos e palestrantes), evidenciando que as crianças tem experiências que em parte não relatam, mas que ao instigadas a debates e oportunidades de fala conseguem se comunicar de forma que seu processo de desenvolvimento seja aperfeiçoado pelo educador e compartilhado com os colegas e família. A prática possibilitou repensar métodos, compreender melhor as necessidades e saberes dos alunos. Com isso, conseguimos desenvolver um projeto que contribua para o desenvolvimento da educação antirracista e cumprimento das metas presentes na ODS 18.





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Acerca da palestra tivemos como resultados as imagens de autoria própria a seguir:



IMAGENS: Autoria própria, março de 2025.

E como embasamento para tais imagens e resultados, anexo as páginas do slide apresentado como meio mediador para as reflexões.





IMAGENS: Slide da ação, autoria própria, março de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada com o objetivo de dialogar a discriminação racial e a importância de se ter um dia internacional apresentou sua necessidade para descobrir a realidade vivenciada pelas crianças da escola pública, além de proporcionar um diálogo com os objetivos sustentáveis, visando que a educação ambiental vai além da visão ambiental, mas que abrange toda a sociedade e seus problemas políticos, ambientais e raciais.

Como expressado, a ação apresenta a possibilidade de fortalecer a educação, proporcionar uma educação antirracista e propiciando o desenvolvimento de uma sociedade com olhar crítico e conhecimento étnico-raciais, diminuindo o preconceito e reforçando o respeito mútuo e a equidade social.

Por conseguinte, a proposta foi desenvolvida assim como o planejado, oferecendo bons resultados e debates construtivos acerca da temática e das vivências de cada um. Com observações para além do momento descrito, foi possível observar a mudança de comportamento de algumas crianças acerca de seus atos, falas e aceitação de suas características pessoais, levando em conta que não é necessário que todos sejam iguais, mas que é graças as particularidades que constrói-se um país diverso.





AGRADECIMENTOS

A ação desenvolvida foi possível graças o apoio e à confiança de instituições que acreditam na formação docente e visam por uma educação que respeita e garanta os direitos de seus educandos.

Em agradecimento, agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) junto ao PIBIT (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), que proporcionam incentivo aos discentes em formação para que se obtenha fortalecimento pessoal e social através das escolas públicas, propiciando a experiência em estar na sala de aula e familiarizar com a docência, na visão de ampliar o ensino com novos projetos e metodologias, além de favorecer a oportunidade de trocar informações e experiências.

Agradeço a UEMASUL (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão) que oferece espaços de aprendizagem valorizando a pesquisa, dialogo e práticas pedagógicas, fazendo parte da minha formação pessoal e profissional, onde me proporcionou um olhar crítico repleto de descobertas e possibilidades de ampliação para o meio educacional.

Por fim e não menos importante, agradeço a escola municipal de tempo integral Crislaine Gonçalves Moraes pela oportunidade de desenvolver a ação para as crianças da mesma e ao professor mestre Fausto Ricardo, que vai além de um supervisor de área e orientador, mas a pessoa responsável por incentivar o olhar antirracista para a educação pública e a curiosidade de como se desenvolve tal educação, afim de contribuir de forma positiva na formação de crianças e adolescentes, ademais, agradeço também por me propõe visualizar a educação e suas lacunas sem naturalizar, mas questionando de forma a pensar em possibilidades de promover o que se é necessário para uma visão critica e livre de preconceitos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Thalita Fernanda Moreira Cardoso; DIAS, Franciele Lourenço Lourenço; SOUSA, Geovanna Gonçalves Gonçalves; CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. *As pesquisas qualitativas, quantitativas e seus procedimentos*. **Humanidades e Tecnologia**, v. 49, n. 1, 2024. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/5444/0. Acesso em: 15 de setembro de 2025





ARROYO, Miguel G.; ABRAMOWICZ, Anete (orgs.). *A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos*. Campinas, SP: Papirus, 2009. ISBN 978-85-308-0896-9.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura dos Povos Indígenas” e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

CARINE, B. **Como ser um educador antirracista**. [s.l.] Planeta, 2023.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, jul./set. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/6830/Downloads/49715-186616-1-PB%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/6830/Downloads/49715-186616-1-PB%20(10).pdf) Acesso em: 04 maio. 2023

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03*. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador. Petrópolis: **Vozes**, 2017.

MACHADO, J. R. F. *Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo*. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, e-697, 2023. DOI:10.30905/rde.v7i1.697. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/697>. Acesso em: 02 de outubro de 2025.

SENADO FEDERAL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. [s.l.] Senado Federal,

